



REFORMA ADMINISTRATIVA É A A DESTRUIÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 32), que está sendo apresentada pelo Governo Federal com o pretexto de reduzir gastos públicos, tem, na verdade, o objetivo de aplicar no setor público a gestão privada, favorecendo grupos empresariais ávidos em abocanhar recursos do Estado. Afirmando que seu propósito é atacar privilégios, contraditoriamente, a proposta não mexe na casta privilegiada (parlamentares, ministros de tribunais, juízes, desembargadores, promotores e procuradores).

A intenção do governo é atacar os direitos dos servidores que estão na linha de frente do atendimento ao público, culpando-os pela ineficiência dos serviços públicos e omitindo, com apoio da grande imprensa capitalista, porta voz dos interesses privados, que os problemas se devem à falta de investimento no setor.

Com o discurso de modernização das atividades, através da economia de gastos, meritocracia para alcance na carreira e fim da estabilidade, o que vai acontecer na prática é o sucateamento dos serviços públicos, a precarização do trabalho e a transformação dos cargos públicos, hoje acessados por concursos, em moeda de troca na distribuição de favores a apoiadores dos governantes de ocasião, abrindo espaço para perseguição aos trabalhadores, flexibilização de direitos trabalhistas e facilitando a venda de empresas públicas.

Faz-se necessário entender que o que está em jogo com a aprovação da Reforma Administrativa é a autorização para que o Presidente da República declare extintos órgãos e ministérios sem a necessidade de aval

do Congresso Nacional; que extinga cargos (efetivos ou comissionados), funções e gratificações; reorganize autarquias e fundações; transforme cargos (quando vagos) desde que mantida a mesma natureza do vínculo; reorganize atribuições de cargos do Poder Executivo e extinga órgãos. A medida facilitará a privatização de estatais, dificultará a estabilidade dos servidores públicos e cortará centenas de carreiras da administração pública.

Estamos vivendo de forma drástica uma mudança no desenho do Estado, levada a cabo pelo Governo Bolsonaro. Neste redesenho o governo pretende reduzir a estrutura que sustenta o próprio Estado, tanto do ponto de vista dos investimentos, quanto de atendimento dos serviços públicos. São medidas para privatizar o Estado e reduzir investimentos que irão impactar diretamente na oferta de bens e de serviços públicos, mesmo os essenciais como Saúde, Educação e Segurança. O impacto da reforma será ainda maior nessas áreas em que a demanda de servidores é maior para assegurar o atendimento à população nos estados e municípios.

Diferente do discurso da mídia e do governo, o número de servidores públicos em relação à população brasileira está abaixo do verificado em muitos países desenvolvidos. A proposta do governo não prioriza melhoria da qualidade dos serviços ou da gestão pública, mas o fundamentalismo liberal de redução da máquina pública, do fim dos concursos, dos reajustes salariais e da prestação de serviços à população. O impacto da reforma administrativa na vida da população será o aumento das desigualdades sociais.

Necessário construir uma agenda Unificada de Luta de todas as Categorias para derrotar essa reforma e barrar o desmonte do Estado que está em andamento por meio de todas as contrarreformas já aprovadas.

- **EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMO DIREITO DOS TRABALHADORES!**
- **PELA REVOGAÇÃO DE TODAS AS MEDIDAS ANTITRABALHISTAS!**
- **NÃO À PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS!**
- **NÃO À TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO!**
- **UNIDADE DAS CATEGORIAS PARA CONSTRUIR A GREVE GERAL CONTRA TODOS OS ATAQUES!**

REFORMA TRIBUTÁRIA E SERVIÇOS PÚBLICOS: UM TEMA DE INTERESSE DOS TRABALHADORES



A questão Tributária é um tema de interesse dos trabalhadores porque trata de recolhimento e pagamento de impostos, trata da forma como o governo arrecada e de quais são as prioridades em relação à taxação ou à incidência de impostos. Porém, a Reforma Tributária proposta pelo governo de Jair Bolsonaro é apresentada pela mídia burguesa como de interesse de empresários e de economistas apenas.

Diferente do que se propaga, o Brasil não tem uma das maiores tributações do mundo. O problema no País é a desigualdade que faz com que ricos paguem proporcionalmente bem menos impostos do que os pobres e a classe média. Isso porque a carga tributária brasileira está concentrada nos impostos indiretos, que consistem em taxas sobre o consumo inseridas nos preços de toda e qualquer mercadoria. O sistema tributário brasileiro possui, assim, caráter regressivo. Quanto menor o salário, proporcionalmente, maior é o montante do salário do trabalhador comprometido com pagamento de tributos. O diretor técnico do DIEESE, Fausto Augusto Junior, explica que o objetivo anunciado da Reforma de Paulo Guedes é buscar a simplificação do sistema tributário atual, criando um tributo de fácil preenchimento e recolhimento. Porém, a reforma mantém o foco no imposto sobre consumo, sem abordar as questões referente ao imposto de renda ou sobre grandes fortunas. Ou seja, não é uma reforma para diminuir as desigualdades tributárias que afetam os mais pobres. Guedes propõe a unificação do PIS e da Cofins em um tributo sobre valor agregado, com o nome de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e alíquota de 12% sobre o valor da receita bruta de cada operação. Trata-se de uma mudança cuja consequência imediata é o aumento da carga tributária, sobretudo para o setor de serviços.

As empresas que prestam serviço para o consumidor final e são intensivos em mão de obra, como educação,

segurança, informática, telecomunicações, hotelaria, transporte aéreo, deverão ter aumento de carga tributária, o que irá aumentar o preço de serviços, como mensalidade escolar e consultas médicas. Ainda está na mira do governo a previsão de criação de impostos sobre pagamento eletrônicos e vendas, que significa a volta da antiga CPMF, com outro nome. Ou seja, a tendência é que o valor dos serviços pagos pela população aumente.

Tributação e Serviços Públicos

Para Fausto, corrigir as desigualdades do sistema tributário brasileiro exige uma reforma profunda no sistema, não apenas simplificação de tributos. Faz-se necessária uma grande mobilização social para instituir outra forma de distribuição de renda, pois há uma discrepância nas formas de cobrar os tributos no país.

Além da carga tributária alta para os mais pobres, a qualidade dos serviços públicos prestados à população é de má qualidade. A pandemia do novo coronavírus escancarou na área da saúde e da educação o quanto o acesso a bens e serviços essenciais pela população é precário e insuficiente. Por outro lado, ficou demonstrado que as políticas públicas serão fundamentais para proteção social dos trabalhadores. Na contramão, o governo articula também uma reforma administrativa que diminuirá ainda mais os serviços públicos ofertados à sociedade.

Não basta discutir apenas como o país arrecada seus recursos, é preciso debater como estes impostos podem garantir as condições de vida da população. Essa luta depende de uma ação unificada de todas as categorias de trabalhadores.

AS CONTRARREFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA



A Reforma Trabalhista do governo golpista de Michel Temer, ao invés do prometido crescimento e geração de empregos, levou ao aumento do trabalho informal e da precarização, na forma da terceirização irrestrita, por exemplo. Por sua vez, o governo de Jair Bolsonaro aprofundou os ataques por meio das chamadas minireformas trabalhistas que, pouco a pouco, vão destruindo todos os direitos conquistados pelos trabalhadores em suas lutas históricas. É o caso da Medida Provisória nº 905, o "Contrato de Trabalho Verde e Amarelo", que revogou 86 itens da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Hoje o país vive o recorde do número de desempregados, que somam mais da metade da classe trabalhadora. Trata-se, efetivamente, da revogação do fim da escravidão, do aumento exponencial da exploração da classe operária, imposto em todos os países controlados pelo imperialismo. Ou seja, atacar os trabalhadores e retirar deles até a última gota de suor, obrigando-os a trabalhar até a morte, é uma política internacional.

Outra medida imposta pelo imperialismo para reduzir os gastos públicos e economizar recursos a serem despejados nos cofres das corporações capitalistas foi a Reforma da Previdência, aprovada em 2019. Além de destruir o direito garantido aos trabalhadores de se aposentar, ela promove o desmonte do bem-estar social com ataques a todos os benefícios que protegem os mais pobres, impactando negativamente a população brasileira com a precarização das condições de vida. Depois da aprovação da reforma da previdência federal, governos estaduais, de esquerda e de direita, agilizaram suas próprias reformas, em muitos casos, aprovadas sob brutal repressão aos protestos dos servidores.

Os governantes dizem que há déficit atual na Previdência Social e que os trabalhadores custam muito aos cofres dos governos, mas omitem a sonegação fiscal das empresas, bancos e demais organismos patronais. Só em relação ao governo federal, a média de renúncias fiscais – isenções e desonerações na contribuição patronal – concedidas pelo Estado em relação à Previdência Social foi de cerca de R\$ 142 bilhões em 2018. Sem falar nas absurdas somas destinadas a pagar juros sobre juros de uma fraudulenta e ilegítima dívida pública.

Como em todas as reformas, não se trata de combater privilégios, como diz a propaganda governamental, mas sim de destruir os direitos dos trabalhadores em especial os mais pobres que, mesmo pagando seus impostos, estão sendo levados à miséria e à morte ao perderem a proteção estatal.

Cabe à classe trabalhadora organizar a sua ação direta, fortalecer seus sindicatos e pressionar as Centrais Sindicais a fomentar a luta nas ruas, com greves e ocupações dos locais de trabalho. É preciso exigir que os capitalistas paguem pela crise que eles mesmos criaram.

- **EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMO DIREITO DOS TRABALHADORES!**
- **PELA REVOGAÇÃO DE TODAS AS MEDIDAS ANTITRABALHISTAS!**
- **NÃO À PRIVATIZAÇÃO DAS ESTATAIS!**
- **NÃO À TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO!**
- **UNIDADE DAS CATEGORIAS PARA CONSTRUIR A GREVE GERAL CONTRA TODOS OS ATAQUES!**

PRIVATIZAÇÕES



As reformas orientadas para atender as demandas do mercado, que jogam para a iniciativa privada os setores econômicos possíveis de lucro terão por consequência a destruição do papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social. A garantia do bem estar social dos trabalhadores pelo Estado será substituída, cada vez mais, pelos interesses de empresas cujo único objetivo é a obtenção de lucros. Desde o Consenso de Washington – recomendações de políticas econômicas que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, criadas, em 1989, pelas instituições financeiras baseadas em Washington D.C., - o imperialismo impõe a países como o Brasil a aplicação dessas reformas, que, sob o falso pretexto de se criar uma gestão eficiente nos negócios públicos, têm por objetivo real favorecer o roubo do dinheiro do povo por corporações capitalistas que não conseguem se livrar de suas crises sem parasitar no Estado.

O governo Bolsonaro se aproveita da pandemia para acelerar o projeto de neoliberal de privatizações. O pontapé inicial é precarizar as condições de trabalho, reduzir salários e direitos dos servidores públicos e dos trabalhadores das estatais e cortar o efetivo de profissionais necessário para realização do trabalho com segurança e eficiência. É a política de sucatear para privatizar, que visa criar um “consenso” em torno da privatização, apresentada como solução para melhorar a qualidade dos serviços e reduzir o valor das empresas. No caso de setores como a Educação e Saúde, a estratégia é jogar a gestão nas mãos da iniciativa privada por meio das Organizações Sociais (OSs).

Trabalhadores dos Correios na Luta contra a Privatização: Desafios pós Greve

Os trabalhadores dos Correios realizaram este ano uma greve histórica pela combatividade, pela grande adesão dos trabalhadores e, também, por ser a primeira categoria a enfrentar as mazelas do governo Bolsonaro contra a classe trabalhadora nesse período de pandemia. Na pauta, a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, alterado pelo STF, que jogou às sobras os direitos dos ecetistas.

Cobramos dos trabalhadores sacrifícios em tempos de pandemia, enquanto os lucros da empresa cresciam e os direitos historicamente conquistados pela categoria eram retirados. O acordo entre governo e judiciário foi o de usar os ecetistas como exemplo de como a política privatista tratará as demais categorias de agora em diante.

A estratégia é diminuir o passivo trabalhista para facilitar a entrega dos Correios, a maior empresa estatal de logística da América Latina, nas mãos da iniciativa privada e do capital estrangeiro. Trata-se da lapidação do patrimônio público para atender aos interesses privatistas daqueles que não importam com quantos morrem ou passam fome, desde que os seus lucros sejam assegurados.

O exemplo dos ecetistas deixa grandes lições. A primeira é que não se garantem direitos sem uma luta organizada a partir da evolução da consciência de classe dos trabalhadores. A categoria perdeu muitos de seus direitos, mas saiu firme e deu exemplo sobre a importância da organização classista.

É preciso organizar a unidade das categorias, pois os ataques são direcionados ao conjunto da classe trabalhadora. A greve dos Correios ensinou que o isolamento das lutas é a tática de guerra do governo federal contra os trabalhadores. A desinformação do público em relação ao papel social das empresas estatais é premeditada e conta com o apoio da imprensa burguesa em suas campanhas caluniosas sobre a realidade dos serviços públicos. As privatizações significam, para os trabalhadores, precarização das relações de trabalho e demissões em massa. Para o restante da população, aumento das tarifas e piora nos serviços prestados. Para a Nação, elas significam a subserviência em relação às potências imperialistas e suas multinacionais. Os trabalhadores dos Correios mostraram o caminho para a luta pela construção da urgente e necessária unidade entre as categorias. Lutar contra a privatização é lutar pela Soberania Nacional, ameaçada pela política entreguista de um governo capacho do imperialismo estadunidense.

Trabalhadores do Mundo, uni-vos! A luta contra a opressão está só começando